

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.695 - AM (2019/0312355-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : TARSIS DA SILVA GONCALVES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por TARSIS DA SILVA GONCALVES, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS.

Extraio dos autos que, no primeiro grau de jurisdição, o réu foi (1) absolvido da imputação referente ao delito de receptação e (2) condenado à pena de 3 anos de reclusão, em regime inicial aberto, mais 10 dias-multa, pela prática do crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor (art. 311, *caput*, do Código Penal). A pena privativa de liberdade foi substituída por sanção restritiva de direitos.

A defesa apelou. A 1ª Câmara Criminal do Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 137):

PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 311, DO CP. PRETENSA ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO COESO E APTO A CONDENAÇÃO.

1. A figura típica prevista no art. 311 do Código Penal tem como objetivo a o proteção da autenticidade dos sinais identificadores do veículo automotor, o c o que no caso dos autos restou comprovado com a adulteração no vidro do veículo automotor.

2. Ausência de nulidade da perícia, pois além de não suscitada em sede de alegações finais, portanto preclusa, nos termos do art. 571, II, do Código de Processo Penal, afirma categoricamente a adulteração no vidro do veículo.

3. Apelação criminal conhecida e desprovida.

No presente recurso especial, a defesa aponta violação do art. 311, *caput*, do Código Penal e dos arts. 156 e 386, VII, do Código de Processo Penal.

Afirma o recorrente inexistirem provas da autoria delitiva, motivo pelo qual

deve ser absolvido em razão da aplicação do princípio do *in dubio pro reo*, *in verbis* (e-STJ fl. 154):

Em que pese, muito embora o exame técnico (fl. 63) certifique que os vidros do veículo estariam adulterados, não se pode concluir que foi o recorrente o autor da adulteração, até porque os peritos não trazem tais informações, descrevendo como, quando a numeração do vidro foi alterada, de modo que pudesse concluir que ao tempo da adulteração, estivesse o veículo de posse do recorrente.

Assim, não pugna a defesa pela nulidade do ato pericial, em verdade, requer apenas que se reconheça que tal laudo, sozinho, não é apto, tampouco suficiente para assegurar a autoria da prática do delito pelo réu, sendo, o nessa direção, insuficiente para sustentar um decreto condenatório.

Corroborando com a tese de insuficiência probatória, a testemunha Michele da Silva Nunes, inquirida apenas na fase policial (fl. 11), em nenhum momento declara que presenciou o apelante adulterando o veículo.

Verdadeiramente, ela sequer menciona qualquer tipo de adulteração no automóvel, relatando apenas que o mesmo estava na posse daquele.

Assevera a defesa "*que a acusação não se desencumbiu do ônus que lhe cabe, restando inafastável a absolvição do recorrente, já que, sem demonstração cabal de sua culpa, prevalece a inocência presumida*" (e-STJ fl. 154).

Diante dessas considerações, "*requer o recorrente seja o presente recurso conhecido e provido, a fim de que seja cassado o acórdão condenatório, absolvendo-se o recorrente quanto ao crime do art. 311, caput, do CPB, em razão da insuficiência probatória, nos termos do art. 386, VII do CPP, a qual, diante da máxima constitucional da presunção de inocência e princípio in dubio pro reo*" (e-STJ fl. 159).

Contrarrazões às e-STJ fls. 171/182.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 199/204).

É o relatório.

Decido.

Em relação às provas da autoria delitiva, transcrevo os fundamentos da

sentença e do acórdão (e-STJ fls. 100/101 e 139/140):

Sentença:

Noutro giro, no tocante ao delito de adulteração de sinal identificador de veículo automotor, **vê-se da análise do conjunto probatório produzido nos autos, que as provas colhidas são suficientes para a formação de um Juízo condenatório em relação ao denunciado.**

A materialidade dos crimes é certa e restou consubstanciada pelos Autos de Exibição e Apreensão e de Entrega fls. 105, pelo Laudo de Exame Pericial (Veículo) de fls. 66/73.

Registre-se que o aludido **laudo atesta que a os vidros estão adulterados** (fl.63).

No que concerne a **autoria delitiva**, esta pode ser **constatada pela declaração da testemunha Michelle à fl. 11, interrogatório do réu**, em que afirma que fez reforma no carro e estava com ele há quase trinta dias, embora negue que tenha adulterado, **além das circunstâncias e do contexto fático que envolvem a imediata prisão do Acusado, provas estas que convergem de forma retilínea com os demais elementos probatórios trazidos ao autos que apontam a autoria deste crime ao Denunciado.** (Grifei.)

Acórdão:

Ademais, soa desarrazoada a pretensão da defesa no sentido de que a perícia mencionada descrevesse como e quando a numeração do vidro foi alterada, até porque **o objetivo da referida prova seria averiguar a ocorrência ou não da adulteração, o que foi constatado no vidro do automóvel** (resposta ao quesito "5", fl. 69).

A figura típica prevista no art. 311 do Código Penal tem como objetivo a proteção da autenticidade dos sinais identificadores do veículo automotor, o que no caso dos autos restou comprovado com a adulteração no vidro do veículo automotor.

Isso porque **a autoria e materialidade restaram devidamente comprovadas, consoante provas produzidas nos autos, mediante o Contraditório e a Ampla Defesa (auto de Exibição e Apreensão, fl. 05; laudo pericial, fls. 66/73, oitiva da testemunha), bem como do interrogatório do réu.**

Note-se que **a magistrada sentenciante foi categórica ao apontar as provas que levaram ao seu convencimento**, cujo trecho acho importante destacar: "...No que concerne a autoria delitiva, esta pode ser constatada pela declaração da testemunha Michelle à fl. 11, interrogatório do réu, em que afirma que fez reforma no carro e estava com ele há quase trinta dias, embora negue que tenha adulterado, além das circunstâncias o e do contexto fático que envolvem a imediata prisão do acusado, provas estas que convergem

de forma retilínea com os demais elementos probatórios trazidos aos autos que apontam a autoria deste crime ao Denunciado."

A alegação do recorrente quanto à negativa da prática do delito, não convence, não podendo ser digna de credibilidade, já que desacompanhada de qualquer subsídio de prova e de verossimilhança.

E Nesse ponto, não se incumbiu a defesa de fazer qualquer prova nesse sentido, cujo ônus, por força do art. 156 do Código de Processo Penal, era exclusivamente seu.

Em tal contexto, tendo o veículo adulterado sido encontrado na posse do acusado, aplica-se a inversão do ônus da prova, cabendo a ele demonstrar que o não adulterou o sinal identificador do veículo, o que não ocorreu nos presentes autos.

[...]

Desse modo, comprovada a adulteração (exame pericial), como também a autoria, não há que se falar em insuficiência do conjunto probatório. (Grifei.)

Como visto, o convencimento das instâncias estaduais acerca da autoria delitiva decorreu da análise do conjunto probatório dos autos, não havendo que se falar na aplicação do princípio *in dubio pro reo*, porquanto não houve incerteza dos julgadores quanto à responsabilidade do agente pela prática do referido crime.

As razões do recurso especial, portanto, não trazem debate sobre interpretação da legislação infraconstitucional. Ao contrário, busca o recorrente derruir a persuasão racional dos julgadores sobre a autoria do crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor.

Nos termos do enunciado 7 da Súmula desta Corte, é vedado o reexame em recurso especial sobre o acerto da subsunção feita pelas instâncias estaduais.

Em sentido semelhante, confira-se:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. INEXISTÊNCIA DE PROVAS A AMPARAR O DECRETO CONDENATÓRIO. REEXAME PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ART. 156 DO CPP. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não cabe, na via eleita, apreciar o argumento no sentido de que não houve a produção de prova para fundamentar o juízo condenatório

quanto aos fatos narrados na inicial acusatória, uma vez que tal proceder implicaria revisão do conjunto fático-probatório dos autos, providência inadmissível, conforme o óbice contido na Súmula 7/STJ.

2. A valoração da prova realizada pelo acórdão recorrido, admitindo como comprovados os fatos imputados, não representa indevida inversão do ônus probatório.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 309.711/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/11/2014, DJe 24/11/2014)

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. QUADRILHA. RECEPÇÃO. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. CONDENAÇÕES BASEADAS APENAS EM ELEMENTOS DO INQUÉRITO POLICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 155 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS A AMPARAR O DECRETO CONDENATÓRIO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. INVERSÃO DO JULGADO. REEXAME PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ART. 156 DO CPP. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Estando a condenação fundamentada em substrato probatório produzido sob o pálio do contraditório judicial, não há que se falar em inobservância do art. 155 do Código de Processo Penal, haja vista ser possível a utilização de elementos informativos quando corroborados por outras provas judicializadas.

2. Emanada a condenação do exame das provas carreadas aos autos, não pode esta Corte Superior proceder à alteração da conclusão firmada nas instâncias ordinárias sem revolver o acervo fático-probatório, providência incabível na via do recurso especial, a teor do óbice contido no verbete sumular n. 7 deste Superior Tribunal.

3. Não há inversão do ônus da prova quando comprovada a conduta típica com base no conjunto fático-probatório apto a ensejar o decreto condenatório.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 51.663/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2013, DJe 16/05/2013)

Cumpre lembrar que "a valoração da prova, no âmbito do recurso especial, pressupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo

Superior Tribunal de Justiça

probatório, ou mesmo à negativa de norma legal nessa área. Tal situação não se confunde com o livre convencimento do Juiz, realizado no exame das provas carreadas nos autos para firmar o juízo de valor sobre a existência ou não de determinado fato; cujo reexame é vedado pela Súmula n.º 07/STJ" (AgRg no AREsp n. 160.862/PE, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe 28/2/2013).

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator